

# A CONEXÃO HARVARD E A POLÍTICA DE DESCOMPRESSÃO: SOBRE AS ORIGENS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL PÓS- 64<sup>1</sup>

Renato Luís do Couto Neto e Lemos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta e discute informações inéditas em trabalhos acadêmicos a respeito dos momentos iniciais do processo de transição política brasileiro na década de 1970. Contempla, em especial, o papel desempenhado por Samuel Huntington, cientista político estadunidense, na elaboração de uma estratégia de modificação progressiva do regime político ditatorial vigente no país desde 1964.

**Palavras-chave:** descompressão política; transição política; Samuel Huntington

## THE HARVARD CONNECTION AND THE POLITICS OF DECOMPRESSION: ON THE ORIGINS OF POLITICAL TRANSITION IN BRAZIL AFTER 1964

**Abstract:** This article presents and discusses unpublished information about the earliest moments of the Brazilian political transition in the 1970s. It focuses, in particular, the role played by Samuel Huntington, American political scientist, in developing a strategy to gradually change the political regime dictatorial effective in the country since 1964.

**Keywords:** political decompression; political transition; Samuel Huntington

Quando o general Ernesto Geisel foi anunciado como o futuro presidente do Brasil, em meados de 1973, o regime ditatorial instaurado no país a partir do golpe de 1964 se encontrava no auge econômico e político e pareciam ser boas as perspectivas de crescimento da economia nacional. Ainda não se estabelecera entre os analistas estratégicos uma percepção de que a economia capitalista mundial começava a entrar na fase descendente do ciclo expansivo iniciado em meados da década de 1940. É exatamente o fato de ainda não existir esta percepção da crise econômica mundial que Paulo Singer

---

<sup>1</sup> Este artigo informa resultados parciais da pesquisa Anistia e processo político no Brasil pós-64, em curso no Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Doutor em história. Professor associado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [renato.lemos@globo.com](mailto:renato.lemos@globo.com) Rua Maestro Vila Lobos, 126 ap. 105 – Tijuca – CEP 20260-220 – Rio de Janeiro – RJ (21) 2135-5160 e (21) 99802-9918

ressalta para apontar a acuidade analítica do teórico belga Ernest Mandel em seu livro *Capitalismo tardio*:

Concluído em 1972 (...), sua tese central – de que o capitalismo acabava de entrar numa fase de ‘tônica estagnante’ – estava longe de ser evidente. Antes, pelo contrário, a economia capitalista mundial parecia estar no auge de seu longo período de prosperidade que, de modo algum, aparentava estar chegando ao seu fim. O mercado internacional estava, na verdade, dando sinais tão fortes de vigor que chegava a estimular em alguns países taxas de crescimento extraordinariamente altas e duradouras. Era a época dos ‘milagres econômicos’ no Japão, no Brasil e em outros países. (MANDEL: 1982, VII)

Ao contrário do que alguns analistas asseveram,<sup>3</sup> também não se evidenciara que o então chamado modelo econômico nacional – associado ao “Milagre brasileiro” – se esgotava. Os problemas existentes eram vistos como conjunturais e passíveis de enfrentamento por meio de políticas corretivas. Não é adequado, portanto, relacionar as mudanças políticas que começavam a ser discutidas no Brasil à crise econômica, tanto mundial quanto nacional. A perspectiva adotada neste artigo situa a questão da transição de regime numa escala de tempo mais ampla e incorpora elementos externos como fatores explicativos.

É preciso considerar, antes de tudo, um personagem e suas ideias, porque ele personificou o processo em curso. Trata-se de Samuel Huntington, cientista político estadunidense ligado à Universidade Harvard e ao Estado norte-americano por vários laços e instituições. Interessa, especialmente, apresentar seu papel como “intelectual orgânico” do capital transnacional. (CLEMENT e TECH: 2003; RODRIGUE: 2006-2007; HOEVELER: 2012). É conhecido o conceito formulado por Antônio Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...). (GRAMSCI: 1995: 3)

---

<sup>3</sup> Para um balanço das abordagens do processo de transição, pode-se consultar DINIZ, 1985, onde, à página 331, a autora afirma: “Na verdade, a política distensionista teve início antes que os efeitos da crise se tornassem plenamente visíveis, quando as elites econômicas e as autoridades governamentais ainda estavam influenciadas pelo clima de otimismo gerado pela era do milagre”.

É assim que ele será tratado aqui – intelectual orgânico do capitalismo transnacional, aliás, objeto de estudos seus.<sup>4</sup> Foi desta perspectiva que Huntington exerceu papel de grande importância para a elaboração de uma estratégia contrarrevolucionária preventiva (LEMOS: 2014) de manutenção, sob novas formas políticas, das posições dominantes do bloco no poder construído no Brasil a partir de 1964. As suas ideias traduziam visões dos setores hegemônicos no sistema capitalista mundial e foram introduzidas no Brasil, basicamente, no espaço de uma década. Livros e artigos foram o veículo da sua disseminação, complementada pela presença física em eventos político-acadêmicos e contatos com personagens centrais do regime ditatorial.

Após a deposição de Goulart, mal se haviam ajeitado os novos donos do poder em suas poltronas, Samuel Huntington já era conhecido no Brasil. Seu nome foi citado na imprensa pelo escritor Otto Maria Carpeaux, em novembro de 1964 (CARPEAUX: 1964, 4) em meio a autores de obras sobre as relações entre militares e civis na América Latina. A sua primeira visita ao Brasil, programada desde o fim do primeiro semestre de 1965,<sup>5</sup> foi produto da estada do cientista político Cândido Mendes,<sup>6</sup> alguns meses antes, na Universidade Harvard e aconteceu em outubro desse ano.

A Universidade Harvard se inseria em um ambiente universitário marcado por conexões financeiras e ideológicas com as grandes corporações transnacionais e o Estado norte-americano. Ronald Chilcote observa: “As decisões destas empresas universitárias são tomadas por seus diretores, que servem às empresas de negócios, aos bancos, à burocracia e aos militares do país”. (CHILCOTE: 1998, 68) De fato, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornou-se uma orientação de Estado nos EUA a ligação com a

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, HUNTINGTON:1973, 333-368.

<sup>5</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1965, p. 25.

<sup>6</sup> Professor universitário nas áreas de ciência política e direito desde 1951, Cândido Mendes atuou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Chefe da Assessoria Técnica do Presidente Jânio Quadros em 1961, foi professor visitante em universidades estadunidenses de 1965 a 1971. A partir deste ano, passou a atuar em várias entidades católicas nacionais e internacionais dedicadas a questões relativas à educação, justiça e paz. Na área acadêmica, foi, também, vice-Presidente (1973-76 e 1976-79) e presidente (1979-1982) da IPSA (International Political Science Association) e secretário-geral do Grupo de Estudos Políticos do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=11888&sid=325>. Acesso em 21 de outubro de 2013. Durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), ao mesmo tempo em que disseminava as teses huntingtonianas sobre a necessidade de “descompressão política” no Brasil, protagonizaria uma importante articulação entre setores católicos e militares com vistas ao exame e tomada de providências em relação a denúncias de violações de direitos humanos. Ver SERBIN: 2001.

comunidade acadêmica para fins políticos e militares. (CLEMENT e TECH: 2003, 335-336) A Universidade Harvard, uma instituição privada, abrigava executivos que também atuavam no Council on Foreign Relations e acadêmicos, como Henry Kissinger,<sup>7</sup> que tinham ligações com as agências de informação e elaboravam subsídios para a política externa do país. Daniel Lerner e Walt W. Rostow estiveram entre os proeminentes intelectuais que atuaram no Center for International Studies (CENIS) do Massachusetts Institute for Technology (MIT), criado com o apoio da Central Intelligence Agency (CIA). (CLEMENT e TECH: 2003, 335-336) Também no MIT, foi fundado, sob a direção do Department of Defense e do Joint Chiefs of Staff,<sup>8</sup> o Institute for Defense Analyses (IDA), cujo

objetivo explícito era atrair cientistas altamente qualificados para auxiliar na segurança nacional. Em 1961, Samuel Huntington escreveu um relatório IDA que lançou, pela primeira vez, uma tese sobre a turbulência e instabilidade no Terceiro Mundo, que mais tarde seria ampliado em sua obra seminal, *Ordem política em sociedades em mudança*. (CLEMENT e TECH: 2003, 335-336)

Em dezembro de 1964, o Brasil foi incluído no rol de preocupações do Project Camelot, concebido no âmbito do US Army's Special Operations Research Office (SORO). O documento fundador do projeto assume que se trata de iniciativa patrocinada pelo Exército e pelo Department of Defense e o define como um estudo que tem por objetivo “determinar a viabilidade da elaboração de um modelo geral de sistemas sociais que possibilite prever e influenciar os aspectos politicamente importantes da mudança social nas nações em desenvolvimento do mundo”.<sup>9</sup> Multidisciplinar, o projeto foi concebido para desenvolver-se tanto no interior do SORO quanto em estreita colaboração com universidades e outras instituições de pesquisa dos Estados Unidos e do exterior. (CLEMENT e TECH: 2003, 335-336) Seu orçamento inicial era de um milhão e meio de dólares e o tempo de duração previsto, de três a quatro anos. Planejava-se uma “ampla

---

<sup>7</sup> Henry Kissinger foi, como secretário de Estado, protagonista da política externa dos Estados Unidos de 1968 a 1976. Agraciado com prêmio Nobel da Paz em 1973, é acusado de vários “crimes contra a humanidade”, como a morte de seiscentos mil civis no Camboja e de quinhentos mil em Bangladesh (1971), o planejamento da conspiração contra o presidente Salvador Allende, do Chile (1973), e do golpe militar em Chipre (1974), bem como de ter apoiado o genocídio de duzentas mil pessoas em Timor Leste, perpetrado pelo general Suharto em 1975. Ver HITCHENS: 2002.

<sup>8</sup> Grupo consultivo militar análogo a um estado-maior conjunto das três forças militares.

<sup>9</sup> Memorando de 4 de dezembro de 1964, transcrito em HOROWITZ: 1969, 5.

coleta de dados básicos *in loco*, assim como a extensa utilização dos dados já existentes sobre funções sociais, econômicas e políticas”, o que requeria a instalação de um “escritório operacional na região”. (HOROWITZ: 1995, 5) Foram formulados três objetivos:

Primeiro, criar métodos para avaliar o potencial de guerra intestina nas sociedades nacionais; segundo, identificar da maneira mais segura possível aquelas ações que um governo poderia realizar com o fim de avaliar as condições julgadas capazes de gerar um potencial de guerra intestina; e, finalmente, determinar a probabilidade de prescrever as características de um sistema de obtenção e utilização das informações essenciais que são necessárias à realização das duas acima indicadas. (HOROWITZ: 1995, p. 5)<sup>10</sup>

O Project Camelot condensa de maneira cristalina as preocupações contrarrevolucionárias preventivas do país-líder do campo imperialista. À época, o foco estava na necessidade de elaborar estratégias contra-insurrecionais para fazer frente a potenciais ameaças revolucionárias em países latino-americanos selecionados: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Peru, República Dominicana e Venezuela, e – enquadrados como “casos especiais” – México e Paraguai. (HOROWITZ : 1995, 12) Tratava-se de recolher elementos que subsidiassem a adoção de procedimentos capazes de evitar a eclosão de guerras civis na região, ou, mesmo, nas palavras metafóricas de Irving Louis Horowitz, impedir um “holocausto revolucionário”.

Por uma série de fatores que não cabe discutir aqui, o projeto foi alvo de fortes resistências, nos EUA e fora dele, e acabou sendo suspenso um ano após a sua criação. (HOROWITZ : 1995) Mas, é importante tomá-lo como expressivo das linhas estratégicas que os estadistas norte-americanos vinham adotando na América Latina, porque isso envolveria o Brasil, mesmo após o seu fim. O projeto se insere, em especial, no quadro da alternância de métodos da contrarrevolução violenta – da qual é exemplo a intervenção na República Dominicana, ocorrida durante a sua vigência – com métodos da contrarrevolução preventiva de tipo democrático – onde ele próprio se situa –, cuja primeira expressão na

---

<sup>10</sup> HOROWITZ: 1969, 5.

área foi a Aliança para o Progresso,<sup>11</sup> lançada em 1961 como reflexo direto da Revolução Cubana (1959), cuja opção socialista foi tornada pública naquele mesmo ano.

Samuel Huntington iniciou seu relacionamento com o Brasil sob o signo dessas preocupações teórico-políticas. Cândido Mendes, que já trouxera ao país outro eminente colega estadunidense, o sociólogo Talcott Parsons, igualmente de Harvard, o convidou para fazer conferências no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. A principal temática a ser abordada era o “problema da conciliação da estabilidade política com as transformações sociais e econômicas”. Tendo como eixo o “Desenvolvimento político e decadência política” na África, América Latina e Ásia, a programação do Rio de Janeiro constou das seguintes conferências: “Decadência política nos países em vias de modernização”<sup>12</sup> e “O papel dos militares no processo de modernização”, ambas na Faculdade Cândido Mendes, e “Estabilidade política e mudança social”, na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

As preocupações teóricas de Huntington estavam, portanto, voltadas para uma questão estratégica com que os países imperialistas precisavam lidar, qual seja, a necessidade de controlar politicamente os problemas gerados pela industrialização na periferia do sistema capitalista mundial. E também com as situações que, imaginava-se, se configurariam após empreitadas contrarrevolucionárias vitoriosas.

Huntington revelou a conexão de suas pesquisas com as Forças Armadas estadunidenses, tanto no plano dos objetos quanto no do apoio institucional, como a participação da Rand Corporation, criada com o fim precípuo de viabilizar esse tipo de parceria. Informou que, nesse sentido, uma das questões que mais mobilizavam os cientistas políticos de seu país era o regime político que se instauraria no Vietnã, uma vez terminada a guerra, da qual os EUA começavam a participar abertamente, ao lado das forças anticomunistas.<sup>13</sup> Uma saída política para o conflito militar poderia vir a ser encontrada, no seu entendimento, por meio do estabelecimento de um “equilíbrio

---

<sup>11</sup> “A própria Aliança para o Progresso, criada em 1961, para realizar o programa enunciado na Carta de Punta del Leste, não foi senão uma operação de tipo contrarrevolucionário. Sob uma linguagem reformista, a Carta e a Aliança consubstanciaram uma reaglutinação de forças conservadoras e reacionárias do hemisfério”. IANNI: 1974, 20.

<sup>12</sup> Huntington acabara de publicar, sobre o assunto, o artigo “Political Development and Political Decay”, *World Politics*, v. 17, n. 3, April 1965, p. 386-430.

<sup>13</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1965, p. 10.

democrático” que possibilitasse a instalação de um “governo autenticamente majoritário”.<sup>14</sup> Noam Chomsky informa que, após a guerra, os EUA elaboraram estratégias contrarrevolucionárias preventivas “para *prevenir* Cubas e Vietnãs por meio da contra-subversão antecipatória, que estrangula quaisquer tendências radicais ou seriamente reformistas em seus estágios iniciais, antes que se tornem ‘problemas’”. (CHOMSKY e HERMAN: 1979, 100. Grifos do autor. Tradução minha)

As propostas políticas de Huntington surgiam de um corpo teórico então ascendente no campo da ciência política internacional: a concepção do desenvolvimento como um processo de modernização de estruturas socioeconômicas e políticas.<sup>15</sup> A teoria focava, em especial, nas novas nações surgidas do chamado processo de descolonização da Ásia e da África, subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial. Mas, contemplava, também, nações mais antigas situadas na periferia do sistema capitalista mundial, como o Brasil.

Um aspecto central do “processo de modernização” analisado pelos seguidores da teoria era o das mudanças dele decorrentes, entendidas como fontes de desequilíbrios entre as estruturas da sociedade, que emperravam o seu desenvolvimento. Huntington se destacaria, nessa corrente, na defesa da importância da institucionalização da autoridade dos governos como condição para o desenvolvimento. Mas, não necessariamente do desenvolvimento econômico e sim, prioritariamente, do desenvolvimento político, como aprimoramento da ordem. Tratava-se de uma visão extremamente conservadora do desenvolvimento, definido em termos de controle, planejamento, tecnologia e estabilidade. (CHILCOTE: 1998, 68, 140 e 302)<sup>16</sup>

Em agosto de 1966, Huntington voltou ao Brasil, para participar do Seminário Internacional de Desenvolvimento Político, realizado, de 18 a 23 de setembro, em Belo Horizonte pelo Center for International Affairs e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou como coordenador do evento, em parceria com o brasileiro Júlio Barbosa.

O temário do encontro foi constituído dos seguintes assuntos: governo democrático e reforma social; desenvolvimento econômico e estabilidade política; influências

---

<sup>14</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1965, p. 7. Huntington seria alvo de graves acusações de corresponsabilidade pelo bombardeio de aldeias vietnamitas com o objetivo de esvaziar a área rural do país, que tinha valor estratégico no plano militar, porque constituíam a base das forças revolucionárias que os EUA combatiam. (CHOMSKY e HERMAN:1979, 343-344).

<sup>15</sup> Para uma introdução ao assunto, ver BERNSTEIN: 1996, 197-201, e MORLINO: 1998, 394-401.

<sup>16</sup> Sobre a adequação da perspectiva de Huntington ao Brasil, ver: SCHNEIDER: 1971, 8-36.

internacionais e desenvolvimento nacional; mobilização, conflito e mudança; mudanças nos valores e mudanças estruturais; revolução e reforma; participação e desenvolvimento político espontâneo ou planejado? Em torno desses temas, foram programados os seguintes trabalhos:

- Governo democrático e reforma social - Frederick W. Frey (Instituto de Tecnologia de Massachusetts);
- Desenvolvimento econômico e estabilidade política - Gláucio Ary Dillon Soares (brasileiro; Escola Latino-Americana de Sociologia FLACSO-Chile);
- Influências internacionais e desenvolvimento nacional - Torcuato S. Di Tella (Centro de Sociologia comparada de Buenos Aires);
- Mobilização, conflito social, e mudança política - William Kornhauser (Universidade de Califórnia);
- Pablo Gonzalez Casanova (Universidade Autônoma do México) – Mudanças nos valores e mudanças estruturais;
- Revolução e reforma - John H. Kautsky (Universidade de Washington);
- Desenvolvimento e participação - Júlio Barbosa, Fábio Wanderley Reis e Antônio Octávio Cintra (Universidade Federal de Minas Gerais);
- Desenvolvimento político planejado ou espontâneo? - Dunkwart A. Rustow (Universidade de Colúmbia);
- Relações do desenvolvimento econômico e social e os regimes políticos do pós-guerra na América Latina - Peter Heintz (Universidade de Zurich);
- Instituições políticas, sistemas eleitorais e desenvolvimento democrático - Giovanni Sartori (Universidade de Florença).

Foram convidados para atuar como debatedores: David E. Apter (Universidade da Califórnia), Harry Eckstein (Universidade de Princeton), Samuel S. Eisenstadt (Universidade Hebraica de Jerusalém), Lucien W. Pye (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), José Medina Echavarría (Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), Orlando M. Carvalho (UFMG), Milton Campos (jurista, ex-ministro da Justiça em 1965 e senador), José de Faria Tavares (UFMG), Octávio Ianni (Universidade de São Paulo), Cândido Antônio Mendes de Almeida (Faculdades Cândido Mendes), Tocary Assis Bastos (UFMG), Leonard Binder (Universidade de Chicago), David McClelland (Universidade de Harvard) e Horácio Godoy (Escola Latino-Americana de Ciência Política e Administração Pública do Chile).<sup>17</sup>

Huntington retornou ao Brasil em 1968, novamente a convite de Cândido Mendes. Agora, para participar de um seminário de inauguração do Centro de Estudos de Política e

---

<sup>17</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1966, p. 9.



Legislação (CEPEL), resultado de parceria entre as Faculdades Cândido Mendes e a Universidade do Estado da Guanabara (UEG).<sup>18</sup>

A presença de Huntington no Brasil não era gratuita nem fortuita, muito menos explicada exclusivamente por laços pessoais com Cândido Mendes. Na mesma época da mesa-redonda, ele participou, nos EUA, de debates sobre projeções do cenário político mundial no ano 2000. Entre outras considerações sobre o sistema internacional, apostou que o Brasil se encontraria em posição hegemônica na América do Sul. Na condição de pensador preocupado com os interesses do capital internacional, ele via o Brasil como elemento estratégico da política dos EUA na América Latina. Em 1968, lançou a obra que condensaria suas ideias acerca do desenvolvimento em países como o Brasil – *Political Order in Changing Societies*.<sup>19</sup> Aqui, o autor logo apresenta as suas armas ideológicas em defesa da estabilidade da ordem como condição para o desenvolvimento político:

A distinção política mais importante entre os países se refere não à sua forma de governo, mas ao seu grau de governo. As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades. (HUNTINGTON: 1995, 13)

Esta tese normativa resultava da premissa que norteia todo o livro: “Numa sociedade sem instituições políticas efetivas e incapaz de desenvolvê-las, o resultado final da modernização social e econômica é o caos político”. (HUNTINGTON: 1995, 210)<sup>20</sup> Em meados de 1972, esta obra seria citada em editorial do *Jornal do Brasil*<sup>21</sup> como referência sobre problemas gerados nos países “em desenvolvimento” que passavam por transformações econômicas aceleradas sem disporem de instituições políticas consolidadas.

O editorial se preocupava com o vácuo de poder e autoridade que poderia se abrir nessas circunstâncias, porque, conforme a leitura feita da obra de Huntington, ele poderia vir a ser preenchido indebitamente por lideranças carismáticas ou militares.

---

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1968, p. 3.

<sup>19</sup> New Haven: Yale University Press, escrito sob os auspícios da Universidade de Harvard. Há edição brasileira: HUNTINGTON: 1975.

<sup>20</sup> Ver mais em CHILCOTE: 1998, 295-296.

<sup>21</sup> Edição de 13 de agosto de 1972. Por outro lado, um pesquisador estadunidense entendeu, em 1971, que as concepções de Huntington acerca de questões como participação e autoridade ainda eram pouco presentes nas discussões sobre estruturas políticas contemporâneas travadas nas sessões do curso da Escola Superior de Guerra (ESG) oferecido em 1969. SCHNEIDER: 1971, 248.

O nome de Samuel Huntington foi, novamente, anunciado no Brasil em outubro de 1969, agora como um dos palestrantes da 1ª Mesa-Redonda de Ciência Política na América Latina, prevista para iniciar-se no dia 31, sob os auspícios da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) e da Associação Brasileira de Ciência Política. O evento aconteceria no mesmo mês em que, no dia 31, tomaria posse na Presidência da República o general Emílio Garrastazu Médici.

É importante não perder de vista que a sucessão do marechal Costa e Silva em agosto-setembro de 1969, depois de afastado do cargo por doença, constituía uma das mais graves crises políticas vividas pelas Forças Armadas desde que se tornaram o eixo do poder, após o golpe de 1964. (MARTINS FILHO, 1995) A gravidade da crise se dera, entre outros fatores – nos termos de Huntington –, pela ausência de institucionalização do processo sucessório, que trouxera para o interior da caserna a lógica das disputas “partidárias”, sendo percebida como fator de risco para a unidade das Forças Armadas. (STEPAN: 1986, 51) <sup>22</sup> A crise sucessória fora agravada pela apresentação da candidatura do general Afonso de Albuquerque Lima, considerada inadequada pela cúpula da hierarquia do Exército. Aspásia Camargo observa que a crise foi superada pela adoção de um critério baseado no par hierarquia-consenso, que implicou a derrota do general, que ainda não se encontrava no topo da carreira, e do perigo entrevisto na sua candidatura, que contava com apoio em estratos diversos da organização militar – o “caudilhismo militar”:

Nessa oportunidade, duas forças diferentes – o ‘castelismo’ e o ‘costismo’ – estabelecem aliança diante do perigo maior de caudilhismo militar que poderia conduzir a um nacionalismo exacerbado e mobilizador de tipo peronista. Como parte desses entendimentos, é provável que se tenha estabelecido um critério de rotatividade entre os grupos a partir do qual a um ‘costista’, o general Médici, sucedesse um ‘castelista’, o general Geisel, que, segundo a tradição de seu próprio grupo, prepararia a *abertura*. (CAMARGO: 1984, 100. Grifo da autora)

O encontro acadêmico, organizado pelas Faculdades Cândido Mendes e apoiado pela Secretaria de Cultura do Estado da Guanabara, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e Centro Latino-Americano de Estudos Sociais, coincidiu, portanto, com um

---

<sup>22</sup> Ver, também, STEPAN:1988, 33.

momento de grande atenção, tanto nos meios civis quanto nos militares,<sup>23</sup> à necessidade de fazer ajustes políticos no regime. Assumia caráter público a percepção de que

a situação vigente, em que a ‘ordem institucional’ sobrepunha-se à ‘ordem constitucional’ numa convivência precária e embaraçosa, (...) era menos do que satisfatória. Por um lado, ela contaminava o processo político com um grau pouco tranquilizador de imprevisibilidade; por outro, deixava pendente uma série de problemas, dentre os quais o da sucessão era o mais angustiante (...). Assim, não admira o fato de que *cedo se tenham feito ouvir, nos meios governistas, vozes advertindo sobre a necessidade de dar tratamento adequado à questão político-institucional*. Milton Campos, Herbert Levy, Petrônio Portela, Magalhães Pinto, entre outros, manifestaram-se nesse sentido ao longo dos anos 70 e 71, em alguma medida fazendo coro com os parlamentares do MDB, que não cansavam de bater nessa mesma tecla.

De fato, (...) a questão do ‘modelo político’ comparece como um dos pontos permanentes da agenda do debate público que se trava no período Médici. Recebendo estímulos que provinham de setores ‘liberais’ da vida nacional, da Igreja, da grande imprensa, da judicatura, da intelectualidade, ele solicita a atenção dos políticos e chega a alcançar os círculos militares – em 1971, ao assumir o comando da ESG, o general Rodrigo Octávio Jordão Ramos pronuncia-se a favor da normalização institucional e traz o problema à consideração da Escola. No entanto, é a partir de 1972, no compasso das articulações que preparavam a sucessão de Médici e das especulações por elas geradas, que a discussão em torno das medidas requeridas para a plena configuração do ‘modelo político’ ganha maior intensidade, passando a ser assumida quase ostensivamente pela cúpula do aparelho governamental. (CRUZ e MARTINS: 1983, 44; Grifo meu. Também, KUCINSKI: 1982, 15.)<sup>24</sup>

A mesa-redonda reuniu a nata da intelectualidade internacional especializada em saídas conservadoras para impasses do “desenvolvimento institucional”. Além de Huntington, foram convidados outros renomados especialistas em sistemas políticos: Carl Friedrich e Karl Deutsch, seus colegas em Harvard; Dankwart Rustow, da Universidade de Columbia; Giovanni Sartori, da Universidade de Florença; André Philippart, da Universidade de Bruxelas; Alexander Orf, da Universidade de Praga; Carlos Fortim, da Universidade do Chile; José Luiz de Imaz, da Universidade de Buenos Aires, e Júlio Cotler,

---

<sup>23</sup> Para uma análise do assunto, teoricamente orientada e empiricamente rica, consultar HOEVELER, 2012.

<sup>24</sup> FIETCHER: 1972, 220, afirma que o debate político no Brasil já estava “suficientemente aberto” desde a segunda metade de 1971, apresentando como evidências disso, entre outras, declaração do general Rodrigo Octavio de que o momento era adequado para a normalização institucional do país; a edição de um número especial da revista *Visão*, de grande influência no meio empresarial, sobre o tema “desenvolvimento – liberdade – segurança nacional”, e uma conferência feita pelo professor Darcy Bessone na ESG sobre a “abertura”.

do Instituto de Estudos Peruanos. Representaram o Brasil cerca de quinze cientistas políticos de diversas regiões do país.

A presidência da sessão inaugural e da mesa-redonda foi confiada a Temístocles Brandão Cavalcanti, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (1967-1969) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política. Contando com a presença dos ministros do Exterior e da Educação do Brasil, o temário geral do encontro foi definido em torno do problema dos “modelos políticos”, em especial pelo ângulo da participação política e com foco privilegiado nos sistemas vigentes na Argentina, Brasil, Chile, Peru e Venezuela.<sup>25</sup> Dois participantes brasileiros apresentaram trabalhos exatamente em torno da questão da participação política. Simon Schwartzman, da FGV, falou sobre “Abertura política e desenvolvimento”, entendida “abertura política” como a possibilidade de indivíduos não ligados aos centros econômicos participarem de decisões políticas. O autor propunha a discussão da medida em que o desenvolvimento econômico poderia contribuir para que isso se desse. A sua tese era a de que a resposta dependeria das possibilidades de institucionalização da vida política e, principalmente, do tempo em que ela seria mantida.<sup>26</sup> Já o organizador do evento, Cândido Mendes, falou sobre “Elites do poder, democracia e desenvolvimento”,<sup>27</sup> discutindo o “modelo político brasileiro”, entendido como advindo da crise do desenvolvimento econômico registrada no início da década e da “Revolução de 1964”. A sua fala foi comentada por Samuel Huntington.<sup>28</sup>

Convidado pelo Conjunto Universitário Cândido Mendes, Huntington retornou ao Rio de Janeiro, em outubro de 1972, para participar de grupos de discussão sobre partidos únicos, autoritarismo e relações entre civis e militares.<sup>29</sup> A revista *Veja* o apresentou assim:

Abominado por alguns liberais e admirado pelo seu colega de universidade Henry Kissinger, Huntington formulou sólidas teorias sobre a capacidade modernizadora dos governos militares em países subdesenvolvidos e, mais recentemente, lançou-se na demonstração de

---

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1969, p. 14; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1969, p. 17; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1969, p. 6.

<sup>26</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1969, p. 6.

<sup>27</sup> Publicado com o título “Elite de Poder, Democracia e Desenvolvimento”, *Dados – Revista de Ciência Sociais*, Rio de Janeiro, n. 6, 1969.

<sup>28</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1969, p. 1.

<sup>29</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1972, p. 3.

que os regimes autoritários tendem para relativas liberalizações depois de consolidarem partidos únicos.<sup>30</sup>

Na ocasião, Huntington declarou que o Brasil não era mais um país subdesenvolvido, porque o crescimento obtido nos últimos anos não podia ser considerado uma “explosão acidental”, mas evitou se pronunciar sobre questões específicas. Preferiu comentar a situação política da América Latina, observando que o maior problema da região era não conseguir

regulamentar a participação de grupos e forças sociais no sistema político, levando ou para o uso da violência, através de manifestações, greves e protestos que servem para forçar o atendimento de suas reivindicações, causando instabilidade política, ou, então, o governo atende às demandas e conseqüentemente se enfraquece economicamente (...).

Mirando, principalmente, os governos de tipo populista – citou como exemplo o peronismo na Argentina –, Huntington apontou a dificuldade de regular a luta por demandas econômicas – na forma de greves, protestos etc. – como o principal fator de “decadência” dos sistemas políticos. Para evitar que se chegasse a tal situação, poderia ser necessário restringir liberdades no curto prazo:

A longo prazo, ambos [liberdade e desenvolvimento econômico] andam juntos. Entretanto, a história mostra épocas onde é necessário restringir as reivindicações trazidas ao Governo e ao sistema econômico, até um momento em que o Governo e o sistema atinjam um nível necessário de desenvolvimento. Assim, diríamos que não só é necessário como também essencial restringir as reivindicações em determinadas épocas, pois de outro modo o desenvolvimento econômico poderá se comprometido.<sup>31</sup>

A perspectiva de Huntington era claramente institucionalista e evolucionista. A relação entre desenvolvimento econômico e liberdades políticas dependia do estágio da sociedade: “As sociedades em processo de desenvolvimento passam por três fases. A primeira, de descentralização do poder. A segunda, de criação de novos grupos e instituições para atender à crescente complexidade. A terceira, de descompressão”. O Brasil estaria na segunda fase e, para passar à terceira, seria necessário avançar na institucionalização do seu sistema político, ainda em estado embrionário. Para chegar lá, os

---

<sup>30</sup> Edição de 18 de outubro de 1972, p. 22.

<sup>31</sup> Um pesquisador suíço então trabalhando no Brasil deu, em livro, testemunho de que as teses de Huntington sobre as instituições políticas eram estudadas “com interesse” no país em 1972. (FIETCHER: 1972, 220).

pré-requisitos seriam: “a continuidade administrativa, a estabilidade política, o consenso entre as mais influentes forças sociais”.<sup>32</sup> Os dois primeiros itens já eram realidade no Brasil. O terceiro constituiria o alvo estratégico do processo de transição. É esta visão que indica aos dirigentes do regime ser a hora de promover a modificação das formas de dominação. A existência dos dois primeiros itens garantiria o controle do processo de mudança.

Durante a sua estada no Brasil, Huntington teve reuniões de trabalho com autoridades políticas brasileiras. Segundo Walder de Góes, dessas conversas “resultou a elaboração, pelo professor norte-americano, de um documento com sugestões para uma agenda de transição política. O documento, intitulado “Abordagem da descompressão política”, sugere um processo de ampliação gradativa da participação política”. (GÓES: 1984, 126) Ainda de acordo com o autor ,

O trabalho foi solicitado ao professor Huntington no segundo semestre de 1972,<sup>33</sup> durante encontro celebrado na Granja do Ipê, residência oficial do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. O gesto de Leitão de Abreu foi atribuído, na época, ao seu desejo de se apresentar candidato à sucessão do general Médici na condição de alguém preparado para promover as mudanças de que carecia o sistema político. Havendo sido efetivamente essa a motivação, é sintomático que o chefe do Gabinete Civil procurasse legitimidade para sua candidatura identificando-a com a ideia de descompressão política, *evidência de que já em 1972 as forças tutelares do regime consideravam a necessidade da transição*. (GÓES: 1984, 126-127. Grifo meu. Também, FIETCHER, 1974)

Foi o jornalista Fernando Pedreira quem, ainda mal iniciado o processo, primeiro apontou publicamente as linhas centrais da “abertura” política como um projeto dos militares. Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* em março de 1975, identificou o governo Médici com o ápice do regime ditatorial, dada a imensa concentração de poder político-administrativo que lhe coube desde o processo do qual saiu sucessor de Costa e Silva. (PEDREIRA: 1975, 271-290)

Tendo chegado, portanto, “até o fim”, até a completa ditadura militar, restavam aos militares duas opções: ou ficarem onde estavam ou ensaiarem eles próprios uma volta atrás. A terceira alternativa possível, isto é, a de se virem os militares forçados a defender o seu *status quo* contra uma sociedade civil indignada e inconformada, logo se mostrou inexistente. Destruídos, com o alívio geral (sic), os reduzidos

<sup>32</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1972, p. 10, e 22 de outubro de 1972, p. 18.

<sup>33</sup> Mais precisamente, no dia 13 de outubro de 1972. *Veja*, São Paulo, 25 de outubro de 1972, p. 16.

agrupamentos terroristas (sic), confinada e contida a eventual oposição esquerdista a setores estudantis e intelectuais, o país inteiro (sic) parecia aceitar o estado de coisas com passividade e, até, a partir de meados de 70, com uma dose crescente de entusiasmo. Ficaram de fora, apenas, os núcleos mais antigos e mais respeitáveis do pensamento liberal (no sentido europeu e não norte-americano do termo). (PEDREIRA: 1975, 285)

Pedreira reconhece que foi efetiva a influência da “opinião democrática externa e interna” sobre a decisão pela abertura. Recusa, porém, a ideia de que ela tenha resultado de pressões da sociedade civil: “Ao contrário, o que tivemos foi uma evolução de tendências no interior do estabelecimento militar, com base em motivos predominantemente militares”. O primeiro deles teria sido a questão da sucessão presidencial, tendente a levar para o interior da caserna “a inquietação e a indisciplina e que pode acabar por dividir o Exército”. (PEDREIRA: 1975, 286) O segundo, a percepção de que o regime havia chegado a um grau insuportável de fechamento, inerente aos regimes militares. Em tal tipo de regime, “é impossível evitar a dependência do governo diante dos órgãos ditos de inteligência, assim como a prática de abusos graves que, se vierem a ser publicamente expostos, podem provocar a derrocada de toda a estrutura do regime”. (PEDREIRA: 1975, 285) Em síntese: “A tenteante e frágil abertura política a que hoje [1975] assistimos no Brasil, portanto, é sobretudo uma iniciativa dos militares”. (PEDREIRA: 1975, 287)

Apoiada por “núcleos liberais remanescentes”, a abertura estaria, segundo a sua análise, encontrando oposições de mais de um tipo e nível de intensidade. Setores empresariais conservadores a estariam vendo com algumas reservas, “muito satisfeitos com a ausência de greves, com a contenção salarial e a modelar disciplina social dos últimos anos”. Por outro lado, setores esquerdistas constituídos de intelectuais e estudantes, “na verdade, entusiasma-se mais pelo nacionalismo à peruana,<sup>34</sup> embora ditatorial e militarista, ou pelo radicalismo do MFA português<sup>35</sup> do que por uma abertura democrática que simplesmente permita o livre jogo das forças políticas e econômicas”.<sup>36</sup> Por fim, a abertura estaria enfrentando grandes – talvez as maiores, segundo o autor – dificuldades no

<sup>34</sup> Referência ao processo de reformas iniciado no Peru com o movimento político-militar liderado pelo general Juan Velasco Alvarado, que executou a reforma agrária e políticas estatizantes e nacionalistas no campo econômico.

<sup>35</sup> Referência ao Movimento das Forças Armadas, que, em 25 de abril de 1974, liderou o processo revolucionário que resultou na derrubada da ditadura do Estado Novo em Portugal, vigente desde 1926.

<sup>36</sup> *Idem, ibidem.*

interior da caserna. Elas viriam de “correntes de tendência autoritária”, desejosas de expandir para o meio civil a ordem baseada na disciplina e na hierarquia, e de serviços e órgãos de segurança, cuja importância fora projetada no período de combate às organizações da esquerda armada, quando haviam conquistado “poderes e prerrogativas”: “Para eles, a abertura e a normalização correspondem à perda de privilégios e ao risco de investigações incômodas”.<sup>37</sup> A precoce percepção de Fernando Pedreira quanto aos percalços que a abertura enfrentava e enfrentaria no meio militar seria corroborada pelos eventos da luta política ao longo dos governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Mas, não se pode perder de vista que a abertura obedecia a matrizes civis, presentes no documento redigido por Huntington. De acordo com a nota que antecede a cópia depositada no CPDOC – de autoria não indicada e não datada, mas podendo ser situada, segundo informações do próprio texto, na “segunda metade” da “administração Figueiredo” – portanto, entre 1982-1985 –, a proposta de “abertura política” apresentada por Geisel logo após a sua posse, “eventualmente, terá se valido de algumas ideias de Huntington”. Mas, o trabalho não teria assumido para Geisel e Golbery do Couto e Silva, seu principal assessor político, a mesma importância que para Leitão de Abreu, que, voltando ao Gabinete Civil, em substituição a ele e

no momento em que as ideias deste começaram a perder prestígio dentro do governo, desengavetou o *paper* de Huntington e está distribuindo cópias a amigos. Sua leitura é fascinante justamente porque é informativa da concepção de mudança política que voltou ao poder, impregnando a administração Figueiredo em sua segunda metade.

Tal concepção tem como ponto de partida, no documento, as “consequências políticas do desenvolvimento econômico”. Isto, porque: “Passos oportunos no rumo da descompressão política são, em certo sentido, o resultado necessário do sucesso econômico do regime”. É muito significativo que seja assim, porque deixa claro que a “política de descompressão” surgiu de preocupações com o desenvolvimento econômico, ou, melhor dizendo, com o desenvolvimento acelerado em fase positiva, tal como percebido na

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 288. As teses de Fernando Pedreira estão presentes no esquema explicativo do processo de abertura que Alfred Stepan (1988) desenvolveu em *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Aliás, em *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. *Op. cit.*, o brasilianista já fizera uma incorporação científica desse tipo com o conceito de “poder moderador”, trabalhado pelo jornalista em *31 de março. Civis e militares no processo da crise brasileira*. *Op. cit.*



primeira metade da década de 1970 e batizado de “Milagre Brasileiro”. Huntington propõe o problema da seguinte maneira:

Períodos estáveis de desenvolvimento econômico rápido aumentam a desigualdade de distribuição de renda, modificam as relações estabelecidas entre grupos sociais, estimulam níveis mais elevados de mobilização social, intensificam as tensões sociais, aumentam as pressões sobre o governo e encorajam o envolvimento de grupos na política. A triste lição da história é a de que durante esses períodos muitas vezes tantos os que [se] beneficiam quanto os que estão sendo prejudicados ficam insatisfeitos em termos psicológicos e políticos. O crescimento econômico rápido gera assim um potencial de conflito e instabilidade políticos.

São perceptíveis, neste trecho, a perspectiva antecipatória e a preocupação preventiva do autor – na verdade, do imperialismo, em relação ao qual atuava como intelectual orgânico, como já foi mencionado – em face dos esperados problemas que o desenvolvimento econômico acelerado brasileiro geraria. No centro das suas atenções, estava a questão da instabilidade política que poderia advir do acirramento dos conflitos sociais, situação que contrariaria a principal regra do seu receituário democrático: a existência de um governo que governasse. Para evitar que as pressões do desenvolvimento econômico enfraquecessem a autoridade, era importante que o processo de “descompressão” se iniciasse logo, ainda na fase de grande desenvolvimento econômico.

Huntington assume, no documento, três acepções do termo “descompressão”, distintas, porém combinadas no plano lógico. A primeira corresponde à institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente, na Presidência, mas também no Congresso e em cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre os grupos pertinentes na formulação de políticas públicas. A segunda, ao alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesses legítimos e mais setores da população no processo governamental. A terceira, à liberalização de restrições em curso – de direitos individuais políticos e civis – e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas.

Os três sentidos têm um eixo comum: os métodos de seleção daqueles que devem participar da discussão e tomada de decisões em assuntos de governo e políticas. Trata-se da fórmula schumpeteriana da democracia como procedimento – *modus procedendi* –, cuja

função precípua é a seleção das “elites” que governam. (JURADO: 2003, 7-24) De fato, seria assim que se operacionalizaria o processo de “descompressão” no início do governo Geisel, sob a direção de um grupo restrito no interior do regime, tendo como meta a sua própria ampliação por meio da incorporação de setores oposicionistas.

Outros dois sentidos da “descompressão” poderiam ser a desmilitarização (“civilização”) e a democratização do governo. A ampliação da presença e do peso do pessoal civil no governo seriam, contudo, mudanças que deveriam surgir do alargamento da base política do regime e da construção de “canais mais efetivos para a representação de um espectro mais amplo de grupos sociais no governo”. E, mais uma vez, assim aconteceria no governo Geisel. Mas, isso não implicaria que os militares seriam deslocados de todos os papéis políticos, o que não seria “realista nem necessário”, posição que já prenunciava a presença dirigente do núcleo militar do regime ditatorial no processo de transição que ainda nem se iniciara.

Quanto à democratização do sistema político, Huntington faz questão, no documento, de diferenciar-se da interpretação do processo em termos de “representação do povo no governo por meio de eleições competitivas”. Para ele, haveria “outros meios de proporcionar representação, os quais, em parte, podem ser tão apropriados ao Brasil nos próximos anos quanto a representação eleitoral”. Subjacente às preocupações com a forma e os métodos de representação de interesses, está, portanto, a necessidade de prevenir a ordem capitalista brasileira contra eventuais ameaças decorrentes das mobilizações sociais que o desenvolvimento econômico acelerado tendia a provocar:

O importante é a análise dessas tendências, tendo em vista a identificação de suas consequências políticas em potencial, particularmente em termos de padrão de reivindicações que se farão ao governo em prol de serviços e benefícios e da participação no processo político. Os resultados de tal análise seriam de significação crucial para a determinação mais explícita das formas e direção desejáveis que a descompressão política deverá tomar.

A proposta formulada no documento parte da ideia de que o Brasil, diferentemente do México e da maioria dos demais países latino-americanos, desconhecera, até então, um “partido político solidamente fundamentado num interesse socioeconômico importante”. No período democrático (1946-1964), “os partidos políticos brasileiros foram coalizões fracas e mutáveis de personalidades individuais e interesses localizados”. O momento

vivido pelo Brasil à época da redação do documento poderia ser o da criação de um “partido político funcional”, “fundamentado em grupos socioeconômicos organizados. O governo está na posição singular de poder fazê-lo agora e de integrar, num tal partido, o espectro mais amplo possível de interesses corporativos”. Como se pretendia deslocar a fonte de legitimidade do poder de aspectos ligados ao Executivo – historicamente, após 1964: “saneamento” político e econômico do país e crescimento econômico – para processos eleitorais, seria necessário garantir a força do partido situacionista, mediante a representação unitária dos interesses por ele defendidos. Em contrapartida, haveria que impor condições para a fragmentação das forças oposicionistas. Segundo Huntington,

Se esse partido, organizado pelo governo, fosse capaz de abranger a maior parte dos interesses organizados do Brasil, os partidos de oposição provavelmente manteriam seus padrões antigos de volatilidade, personalismo e populismo. Caso a coalizão de grupos dentro do governo fosse menos ampla, os partidos de oposição sem dúvida tentariam desenvolver vínculos com os grupos excluídos. Mas, em ambos os casos, o partido patrocinado pelo governo teria a clara vantagem em termos da representação em uma boa posição de concorrência em relação aos partidos de oposição nas disputas eleitorais ao nível local e legislativo. Um tal partido forneceria a estrutura que regulamentaria a sucessão presidencial, organizando campanhas de maior importância na sociedade brasileira. O sistema partidário como um todo poderia ter certa semelhança com o do México e o do Japão. Esse sistema estruturado de partidos funcionais pareceria ser a alternativa mais viável para o atual sistema de governo apolítico, autoritário e divorciado dos partidos, assim como para uma volta à política personalista, populista e de partidos fracamente estruturados vigente antes de 1964.

Não se pode dizer que, com a exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), as demais agremiações criadas a partir da reforma partidária de 1979 tenham obedecido a esse critério. Entretanto, a tese da importância de o governo ter a iniciativa na formação de um partido de sustentação à ordem que adviria da “política de descompressão”, em combinação com a fragmentação oposicionista, constituiria uma das orientações estratégicas do penúltimo governo do regime ditatorial, encabeçado pelo general João Figueiredo.

Para chegar aí, contudo, o regime precisaria desenvolver uma sensibilidade para o ritmo da “descompressão”, fundamental para a definição da sua agenda. Expressando o pragmatismo típico daqueles que zelam por gigantescos interesses econômicos, Huntington apresentava a “descompressão” como “desejável em termos de valores éticos básicos, estabilidade política, eficiência e capacidade responsiva governamentais e da imagem internacional do

Brasil”. Por isso mesmo, entendia ser imprescindível reconhecer que ela trazia “problemas e perigos para o governo”.

O afrouxamento de controles em qualquer sistema político autoritário frequentemente pode ter um efeito explosivo, no qual o processo sai do controle daqueles que o iniciaram e leva a consequências que eles não desejavam nem antecipavam. Uma consequência pode ser a desordem, a instabilidade e o colapso do regime, ao capitalizar a oposição as oportunidades e o impulso que as medidas descompressoras lhe facultam. Alternativamente, um relaxamento de controles demasiado rápido e pouco judicioso pode estimular um forte movimento na direção oposta e a reimposição de medidas ainda mais repressivas que as que existiam anteriormente.

A primeira condição para estabelecer o ritmo adequado da “descompressão” seria garantir ao governo a iniciativa e o controle do processo. Para isso, o governo precisaria estar numa posição favorável na correlação de forças com a oposição: “Não deveria parecer render-se a pressões ou exigências de grupos oposicionistas, porque, se o faz, tais exigências entrarão numa escalada e o governo poderia facilmente perder o controle do processo”. Percebe-se uma clara sintonia entre esta condição e o quadro político do país no momento da sua formulação. Afinal, em 1973, o governo exercia sem peias o poder sobre uma oposição consentida amedrontada e uma oposição clandestina quase aniquilada.

A segunda condição seria que se conseguisse contornar resistências que poderiam advir de “elementos da linha dura e outros círculos no governo e na oficialidade”. Huntington pensava na “descompressão” como um processo coletivo, correspondente a um país que se caracterizava como uma “ditadura sem ditador”. Uma “descompressão sem descompressor” permitiria a despersonalização do processo, o que facilitaria fazê-la com base em um “consenso entre os grupos dominantes no governo”.

O êxito da “descompressão” dependeria, em terceiro lugar, de “uma sequência apropriada de ênfases em seus diversos componentes”. O primeiro deles a enfatizar seria a institucionalização política, em especial os mecanismos regulatórios da sucessão presidencial. Tendo o regime evitado, desde o início, o continuísmo presidencial, um “passo crítico” já fora dado rumo à estabilidade institucional. Restava

institucionalizar procedimentos para indicar presidentes, de modo que cada sucessão não provoque por ela mesma uma crise institucional, isto é, evitar situações em que a controvérsia sobre quem deve ser presidente vira uma controvérsia sobre como o presidente deve ser escolhido. A

experiência de 1969 sugere que o conflito simultâneo acerca do quem e do como é uma possibilidade bem real na ausência de um acordo processual.

De fato, o processo de imposição de presidentes militares seguiu uma regra muito simples até então; um nome era escolhido na caserna e, depois, referendado pelo Congresso Nacional, onde, naturalmente, o partido governista sempre tinha maioria. Este método abriu brechas para situações críticas na sucessão de Castelo Branco, em 1967, e Costa e Silva, em 1969. Dois meses antes de Huntington redigir o seu documento, o governo, em sintonia com o acadêmico de Harvard, baixara a Lei Complementar n. 15, regulando a composição e o funcionamento do colegiado que passaria a eleger o presidente da República. O Colégio Eleitoral compor-se-ia dos membros do Congresso Nacional e dos delegados das assembleias legislativas dos estados. Por este colegiado, o general Ernesto Geisel seria entronizado na Presidência da República em 1974. No seu governo, a busca pela institucionalização geraria o Decreto-Lei n. 1.539, de 14 de abril de 1977, que modificaria a Lei Complementar n. 15 no tocante aos critérios para definição do número dos delegados estaduais no colegiado. Uma derradeira modificação das regras de composição do colégio eleitoral se faria no governo seguinte, do general João Figueiredo, por meio da Lei Complementar n. 47, de 22 de outubro de 1984.

O documento prescreve, também, uma política de aproximação com interesses localizados fora do governo. O ponto central aqui ainda é que a “política de descompressão” se vincula a uma conjuntura percebida como de crescimento econômico. No seu rastro, se ampliariam e diversificariam interesses, muitas vezes localizados fora do governo. Por isso,

a necessidade de prover mecanismos institucionais para a representação de interesses no governo e para os níveis mais altos de participação política que serão, quase invariavelmente, produzidos pelo rápido desenvolvimento econômico do Brasil. Um fracasso em assegurar canais para essa participação poderia conduzir a um crescente antagonismo em relação ao regime. No conjunto, interesses que se podem relacionar com o governo e sentir-se representados nele por meio de canais legítimos não se voltarão para a violência contra o poder constituído, ao passo que grupos importantes a quem forem negados canais de participação são suscetíveis de recorrer à violência. A cooptação de grupos potencialmente opositores pelo relacionamento com o sistema governamental é uma política muito menos custosa do que a tentativa de reprimir tais grupos.

A prescrição feita por Samuel Huntington seria seguida rigorosamente pelos governos Geisel e Figueiredo. Sem que se extinguissem as práticas violentas, a agenda da “descompressão” se constituiria de medidas que viabilizariam a incorporação de setores oposicionistas moderados, cujas reivindicações giravam, fundamentalmente, em torno das liberdades civis. No último dia da sua estada no Rio, Huntington, sempre em companhia do professor Cândido Mendes, almoçou com o ministro da Fazenda, Delfim Netto.<sup>38</sup>

Em 1973, Carlos Castello Branco, considerado, à época, o mais importante jornalista político nacional, se referiu com muita cautela ao trabalho de Huntington:

Não têm faltado iniciativas isoladas, visando a estudar o tema da institucionalização revolucionária, de modo a deixar para o futuro Governo uma contribuição mais avançada. Não seria surpresa saber, por exemplo, que o professor Huntington, um dos mestres modernos da ciência política, tenha oferecido algum esboço, o qual, contudo, por falta de conhecimentos específicos dos fatores que compõem a realidade nacional, terá parecido mais ingênuo do que eficaz, mesmo a alguns de seus mais entusiastas admiradores. Registre-se, todavia, a preocupação moderada com o tema, prenúncio de que, no próximo quadriênio, as pressões poderão dar aos estudos e às aspirações um caráter de urgência que o General Médici tem sabido evitar.<sup>39</sup>

No entanto, claros reflexos da tese de Huntington sobre a “descompressão” política se encontrariam em palestra feita por Wanderley Guilherme dos Santos,<sup>40</sup> em 20 de setembro do mesmo ano, no Seminário de Problemas Brasileiros do Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso (IPEAC), a que se seguiram debates com parlamentares. (FIGUEIREDO e CHEIBUB: 1982, 15) Na palestra, que seria publicada em livro, a discussão de fundo proposta é a definição de uma “estratégia não revolucionária” para substituir o “autoritarismo”. (SANTOS: 1978, 146) A substituição se faria necessária em face da crise política brasileira, cuja natureza estaria radicada na instabilidade institucional:

Por crise institucional deve entender-se não a instabilidade das instituições – que é a crise mais comum nos países de tardia industrialização acelerada –, mas a não

---

<sup>38</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1972, p. 10 e 22 de outubro de 1972, p. 18. Ministro da Fazenda (1969-1974) durante o “Milagre brasileiro”, Delfim Netto seria acusado, já em 1974, de ter falsificado os índices de inflação no período, cujo drástico declínio foi uma das proezas apresentadas como resultado da operação miraculosa.

<sup>39</sup> “Missão e problemas” *Jornal do Brasil*, 1 de março de 1973.

<sup>40</sup> Professor de ciência política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), criado em 1969, no âmbito do Conjunto Universitário Cândido Mendes,

institucionalização da estabilidade. Talvez uma das diferenças políticas mais relevantes entre países democráticos e autoritários consista precisamente em que, nos últimos, a estabilidade política derive da supressão coercitiva do dissenso antes que da eficiência de instituições desenhadas para instrumentalizar e acomodar aqueles conflitos que são típicos da organização política das comunidades humanas. (SANTOS: 1978, 145)

Sem entrar no mérito da natureza ditatorial da estabilidade exibida pelo regime naquela primeira metade dos anos 1970, o autor explica a crise institucional pela dificuldade em se conseguir um acordo básico, no interior do bloco no poder, em torno da passagem dos fundamentos do regime de instrumentos de exceção para instituições legitimadas pela ideologia dominante. No seu jargão, derivado da combinação de noções da teoria da ação racional <sup>41</sup> com o léxico huntingtoniano: “(...) pode ocorrer que todos os atores políticos relevantes concordem em que um sistema de estabilidade institucionalizada seja preferível ao exercício autoritário do poder e, não obstante, não se pode produzir consenso em torno de nenhum arranjo capaz de garantir a institucionalização da estabilidade”. (SANTOS: 1978, 146)

A inexistência de consenso em torno de alternativas ao autoritarismo dentro da ordem é apontada como a chave para a compreensão do fenômeno, bem como “das dificuldades de qualquer estratégia não revolucionária para substituí-lo como sistema de poder”. (SANTOS: 1978, 146) Sem, em qualquer momento, definir conceitualmente o que entendia por autoritarismo, o autor se dedica a executar a anatomia da sua expressão moderna, apresentando duas teses a respeito. A primeira sustentava: “Antes de tudo, é necessário afastar o equívoco liberal de que o fenômeno do autoritarismo é caso de patologia política. Se o normal, em política, é o mais frequente, então a convivência democrática é inigualável como anormalidade”. (SANTOS: 1978, 146) A segunda postulava: “(...) não é a existência generalizada do autoritarismo que constitui a normalidade, *mas sua extensa incidência ao mesmo tempo em que, a contrário de épocas pretéritas, a cultura política mundial o considera manifestação de patologia política.* (SANTOS: 1978, 150. Grifo do autor) Destas teses, decorre uma questão:

---

<sup>41</sup> Sobre o assunto, no plano teórico, ver DREITZEL: 1975, 11-47. Os termos adotados por Wanderlei Guilherme dos Santos são muito próximos aos da análise desenvolvida, vinte anos depois, em FIGUEIREDO: 1993.

Hoje (...) os valores políticos derivados das sociedades de mercado prevalecem como o conjunto de normas que *deve* orientar as interações políticas. A questão então torna-se mais sutil: se todos os atores relevantes do processo político (e provavelmente a maioria esmagadora dos não relevantes também) estão de acordo com a norma democrática, por que então, surpreendentemente, é o autoritarismo a forma contemporânea prevalecente? (SANTOS : 1978, p. 150. Itálico do autor, negrito meu)

É o caso de perguntar por que o uso do advérbio “surpreendentemente”? A surpresa talvez resulte do uso da categoria “autoritarismo”, que remete a uma situação de poder Executivo exacerbado em detrimento do Legislativo e do Judiciário. (STOPPINO: 1998) <sup>42</sup> As formas políticas identificáveis, na visão do autor, como autoritárias têm significação social, política e histórica diversas entre si. Classificáveis como regimes autoritários, os sistemas tribais africanos, o regime político brasileiro e o comunismo do Leste europeu teriam a mesma natureza?

Wanderley Guilherme prepara o terreno para a sua proposta a partir da crítica ao que considera as duas principais maneiras de entender a superação do “autoritarismo”: a variante “economicista” – o crescimento econômico induz à descompressão política – e a variante “elitista” – a divisão da elite dirigente conduz à incorporação de atores de fora do sistema. Para ele:

Ambos os modelos são naturalistas no sentido em que concebem o funcionamento de um sistema de estabilidade institucionalizada como resultado do simples afastamento das eventuais distorções autoritárias – dadas certas condições econômicas, em um modelo, e certo nível de competitividade intra-elite, no outro – e não como o resultado de deliberada política de implantação e manutenção de uma ordem não autoritária. (SANTOS: 1978, 151-152)

É importante não perder de vista que a palestra foi feita para parlamentares a quem o autor pretendia seduzir com ideias e estimular à ação prática. Neste sentido, propôs uma estratégia não “naturalista” de institucionalização da estabilidade via “descompressão”, partindo da premissa de que a história dá lições, nesse caso, “a de que a organização não autoritária do poder resulta e dever resultar não de uma evolução natural, do processo político e social, mas de deliberada intervenção com o objetivo de implantar uma ordem de estabilidade institucionalizada”. (SANTOS: 1978, 151)

---

<sup>42</sup> Uma densa discussão do conceito se encontra em FERNANDES:1979.



A efetivação dessa estratégia implicava a adoção do método adequado. Reproduzindo a advertência huntingtoniana de que a “descompressão” não poderia ser feita em ritmo acelerado, sob risco de haver uma “recompressão”, propôs uma “política incrementalista”: “avanços moderados, uma inovação por vez enquanto se controla o resto do sistema”, de maneira, a, trabalhando-se com “pequena faixa de imprevisibilidade”, reduzir ao mínimo o risco de “recompressão”. (SANTOS: 1978, 153) O método incrementalista impunha algumas “normas práticas”.

Uma delas seria o tratamento sequencial dos problemas, sem simultaneidade de pressões, tornando mais fácil a formação de coalizões de apoio do que se as decisões se referissem a modelos globais: “Daí que: liberdade de imprensa, habeas corpus, regime eleitoral, regime partidário, mecanismos sucessórios etc., sejam problemas que devem ser tratados separadamente, atacando-se um apenas quando o anterior tenha já sido resolvido e absorvido”. (SANTOS: 1978, 154)

Outra norma seria “evitar a cumulatividade dos desafios” que poderia surgir do “uso desabrido dos comportamentos liberados, sem que o poder público esteja dotado de instrumental de repressão dos excessos cometidos, desestimulando assim a escalada dos desafios para áreas não liberadas e gerando, conseqüentemente, a situação de simultaneidade de pressões”. (SANTOS: 1978, 155) Esta norma estava voltada para o problema da repressão política, crucial para a transição de regime. Ao invés de propor a sua eliminação, o autor indicou a substituição dos instrumentos genéricos de coação – atos institucionais, cassações de mandatos, censura etc. – por outros, específicos, visando a preservação dos limites de descompressão desejados. (SANTOS: 1978, 155-156)

O êxito da “política de descompressão” exigiria, também, a garantia de “processos compensatórios”, resultantes da combinação da redução da capacidade genérica de coação com o aumento da distribuição de lealdade ao sistema, pelo que ele faz e pelo que ele impede que façam. (SANTOS: 1978, 157)

Fundamentalmente, a mobilização de lealdade se processa pela associação de atores políticos e sociais relevantes, ou pela associação de alguns deles, a alguma ou algumas das etapas do processo de decisão sobre o que o sistema faz e sobre o que o sistema impede que outros façam. Ora, a participação nos processos que *estruturam ou geram* as alternativas de decisão; participação nos processos de *discussão* das alternativas; a participação nos processos de escolha ou decisão propriamente dita. Um sistema altamente comprimido é aquele em que o núcleo central de poder

detém o monopólio das três etapas do processo decisório. Consequentemente, uma política incremental de descompressão, visando a garantir processos compensatórios de lealdade pela associação de atores relevantes aos processos de ação e coação do sistema, implica na quebra gradativa do monopólio sobre as etapas do processo decisório exercido pelo núcleo central de poder. (SANTOS: 1978, 157-158. Grifos do autor)

A estratégia de “descompressão” deveria se traduzir em um programa de medidas a serem tomadas com o objetivo de institucionalizar a estabilidade. Uma vez definidos os princípios norteadores da “liberalização do sistema”, caberia aos “atores políticos relevantes” tomar a iniciativa fundamental de estabelecer uma agenda de prioridade das áreas a serem “descomprimidas”.

Tratando-se de uma estratégia incremental, a abordagem globalizante fica afastada liminarmente, o que obriga a estabelecer hierarquia nas áreas a serem liberadas e institucionalizadas. Justificando-se a abordagem incremental pela incapacidade real de qualquer analista em prever exaustivamente todas as consequências das medidas de descompressão postas em prática, seria igualmente presunçoso estabelecer antecipadamente de que maneira cada um dos problemas devesse ser resolvido institucionalmente. É da essência da estratégia aqui proposta que o sistema se beneficie das consequências de sua própria ação, por um lado, e pela criatividade política e social do país, a qual irá sendo liberada pelas medidas iniciais de descompressão, a serem abordadas sequencialmente. (SANTOS: 1978, 158-159)

A agenda proposta por Wanderley Guilherme, devidamente hierarquizada, era a seguinte: 1. “Inamovibilidade do Judiciário” – garantia suspensa pelo Ato Institucional n. 2; 2. “Circulação de informação e manifestação de opinião” – fim da censura política, em especial à imprensa; 3. “Restauração dos direitos individuais, com destaque para o habeas corpus” – restringidos por vários diplomas legais e administrativos, mas, em especial, pelo Ato Institucional n. 5 que, como já foi visto, suprimiu o direito de habeas corpus para acusados de crime político; 4. “Organização das opiniões políticas e manifestação das vontades políticas” – reorganização partidária, para fazer avançar a “política de descompressão” na área da legitimidade parlamentar, a ser garantida, segundo já visto em Huntington, pela organização de um partido governista forte e a imposição de situações que levassem à fragmentação das forças oposicionistas até então aglutinadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB); 5. “Ordenação da legítima competição pelo poder” – ampliação das consultas eleitorais, uma vez observadas as condições proposta no item acima, de forma a consolidar a legitimidade das forças no poder; e 6. “Estabelecimento da

processualística positiva e objetiva para o uso dos instrumentos de coação específica” – novas leis de censura, de imprensa etc. (SANTOS: 1978, 159)

Como se pode perceber, a “estratégia de descompressão” formulada por Wanderley Guilherme dos Santos constitui um detalhamento da “política de descompressão” apresentada por Samuel Huntington ao ministro Leitão de Abreu. Entretanto, mencionado em matéria de um semanário como discípulo do cientista político de Harvard,<sup>43</sup> Santos escreveria ao jornal exigindo direito de resposta para discordar da associação. Segundo ele, tomara conhecimento, no primeiro semestre do ano anterior, de um “texto escrito pelo prof. Huntington” que teria o propósito de formular uma “saída institucional para o impasse político brasileiro”. Dentre o conjunto de considerações que analisei acima, Santos só menciona a defesa, por Huntington, da criação de um partido único como estratégia de mudança institucional”. E frisa: “Em nenhuma passagem do texto há qualquer elaboração sobre o que posteriormente veio a ser conhecido como estratégia gradualista ou incremental da descompressão”. Por discordar da proposta de partido único, formulara o seu próprio documento sobre o tema, que acabei de comentar. Embora afirmando não considerar de grande importante discutir se era ou não seguidor de Huntington, Santos insiste em marcar posição contra a tese do partido único como “a melhor forma de se recuperarem no Brasil condições de convivência política não autoritária”.

Pela data e temática, dificilmente estaremos falando de documentos diferentes. É verdade que, no seu, Huntington tece várias considerações sobre eventuais virtudes do sistema de partido único como meio para atingir-se a estabilidade institucional em países em mudança. Como não foi uma proposta com impacto efetivo no processo político brasileiro, não a analisei. Optei por discutir, exatamente, as ideias que Santos diz estarem ausentes do documento. Causa estranheza a sua posição, talvez decorrente de um propósito de arrogar-se a paternidade da “estratégia de descompressão gradual”, então “na moda” no jargão dos meios políticos nacionais e plenamente contemplada nesta passagem, encontrada na segunda página de versão do documento de Huntington que consultei: “A descompressão eficaz e duradoura deve, portanto, ser um processo gradual sobre que o governo mantenha firme controle”. Embora seja difícil – e, talvez, desnecessário – medir a influência direta de ambos os documentos sobre os dirigentes do regime ditatorial

---

<sup>43</sup> *Opinião*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1974, p. 3. Carta na edição de 2 de setembro de 1974, p. 23.

brasileiro, o dado objetivo é o fato de que o processo político nacional seguiria, a partir da posse do general Ernesto Geisel, as linhas gerais preconizadas pelos dois cientistas políticos. Huntington retornou ao Brasil em fevereiro de 1974, para sua sexta visita ao país – a segunda nos últimos doze meses. Segundo Thomas Skidmore, veio a convite do general Golbery do Couto e Silva, então se preparando para assumir, no mês seguinte, a Chefia da Casa Civil do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). (SKIDMORE: 1989, 326-327) Na agenda dos dois, a continuidade da discussão sobre o documento “Abordagens da descompressão política”. O historiador norte-americano faz referência a fontes jornalísticas que noticiaram a presença de Huntington no Brasil, mas não a esse contato com Golbery e, muito menos, à matéria da suposta conversa havida entre os dois. Assim, é de supor que tenha utilizado canais de acesso privilegiado para poder resumir o seu conteúdo:

Golbery estava particularmente interessado em como promover o aumento gradual mas constante da participação no sistema político. Referia-se ao que chamava de “órgãos intermediários”, como a Igreja, a imprensa, as universidades e a classe trabalhadora. Achava ele que o governo tinha que estabelecer canais de consulta com esses grupos incorporando-os ao sistema político um de cada vez. Golbery tinha também uma lista de questões mais específicas, como, por exemplo, a maneira de fortalecer o Congresso e os partidos políticos, como limitar a influência do dinheiro nas eleições e como expandir o eleitorado. (SKIDMORE: 1989, 326-327)

No dia 6, Huntington foi entrevistado no programa Realidades, da emissora de televisão Tupi, discorrendo sobre as “nações em desenvolvimento” e o papel da América Latina no contexto internacional, bem como sobre o caso do Brasil.<sup>44</sup> Concedeu uma entrevista, também, ao *Jornal do Brasil*,<sup>45</sup> que o apresentou como membro do Conselho do Grupo Universitário Cândido Mendes. Solicitado a falar sobre as suas ideias a respeito da “descompressão política” – expressão, como já foi visto, cunhada por ele e apontada pelo próprio jornal como “um eufemismo capaz de substituir as expressões “reabertura” e “redemocratização” –, Huntington observou que a condição do seu êxito era que fosse adotada com gradualismo, sob o risco de “regressão”, como no caso do “regime grego”, porque o coronel Papadopoulos<sup>46</sup> estaria “usando a descompressão para aumentar a sua

---

<sup>44</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1974, p. 6.

<sup>45</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1974, p. 24.

<sup>46</sup> Georgios Papadopoulos, apoiado ativamente pelo governo dos Estados Unidos, liderou o golpe de 1967 na Grécia, e chefiou a junta militar que governou o país até julho de 1974. Quando Huntington deu essa

própria base de poder pessoal”, fazendo com que a situação se alterasse. O Brasil apresentava condições favoráveis à descompressão:

Deve-se hesitar antes de rotular a situação política brasileira, pois aqui há um sistema político singular, combinando elementos de regime de autoridade e elementos característicos de regime democrático. O fato de realizarem-se eleições periódicas com a existência de partidos políticos e debates parlamentares é, por exemplo, característica dos regimes democráticos.

Coerentemente com essa perspectiva, sustentou que o regime brasileiro estava se institucionalizando a partir da estabilidade conseguida. O fato de o país ter tido uma sucessão regular para a Presidência da República, “além de ser um indicio de estabilidade, é também um sinal de que o sistema político é capaz de mudar e se adaptar a diferentes circunstâncias. Isso o torna mais flexível que um regime semelhante onde o poder não passasse por qualquer rotação”. No seu entendimento, a opção pela política de descompressão era de natureza estratégica e não deveria ser associada a eventuais dificuldades na esfera econômica: “O Governo que resolve seguir uma política desse tipo deve gastar muito tempo, com bons e maus resultados na economia, pois a descompressão deve ser independente do estado econômico do país”. O *timing* político seria essencial para o governo à frente dessa política: “A possibilidade de recompressão depende da velocidade da descompressão. Esse processo deve ter um amplo apoio entre os grupos políticos mais significativos”. (FIGUEIREDO e CHEIBUB: 1982, 15) <sup>47</sup>

A reportagem destaca a preocupação de Huntington em “evitar análises específicas do caso brasileiro”:

Discreto, o professor Huntington recusa-se a fazer qualquer comentário a respeito de personalidades brasileiras com quem se entrevistou durante sua última visita, no ano , quando esteve com o chefe do Gabinete Civil, professor João Leitão de Abreu. Da mesma forma, não comenta o conteúdo de um documento que preparou na Universidade de Harvard a respeito das modalidades de atuação que se deve seguir para desenvolver processos de descompressão política.

Mas, o que foi dito na entrevista, somado à informação sobre os contatos com autoridades brasileiras em várias de suas vindas ao país, é suficiente para que se conclua que participava da elaboração da política de transição de regime em estudos pelo governo

---

declaração, vivia-se na Grécia um processo de transição política que resultaria, no fim do ano, na implantação de uma república democrática. A propósito, ver POULANTZAS: 1975, 100-106.

<sup>47</sup> FIGUEIREDO e CHEIBUB: 1982, 15.

Médici. E essa participação se traduziu na orientação impressa em medidas políticas práticas, como indica o processo político subsequente.

### Bibliografia

BERNSTEIN, Henry. 1996. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Trad. Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 197-201.

CAMARGO, Aspásia. 1984. A gênese da abertura. In: GÓES, Walder de & \_\_\_\_\_. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CARPEAUX, Otto Maria. 1964. Gerais bolivianos e outros, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de novembro.

CHILCOTE, Ronald H. 1998. *Teorias de política comparativa*. A busca de um paradigma reconsiderado. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis (RJ): Vozes.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. 1979. *The Washington Connection and Third World Fascism*. Boston: South End Press.

CLEMENT, Christopher I. e TECH, Virginia. 2003. Organic Intellectuals and the Discourse on Democracy: Academia, Foreign Policy Makers, and Third World Intervention, *New Political Science*, Vol. 25, N. 3, September, p. 351-364.

CRUZ, Sebastião Velasco e & MARTINS, Carlos Estevam. 1983. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'Abertura'. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.

DINIZ, Eli. 1985. "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura", *Dados* — Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 329-346.

DREITZEL, Hans Peter. 1975. Ação racional e orientação política. In: \_\_\_\_ e outros. *Tecnocracia e ideologia*. Sel., trad. e introd. Gustavo F. Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-47.

FERNANDES, Florestan. 1979. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: HUCITEC.

FIETCHER, Georges-André. 1972. *Le régime mondernisateur du Brésil, 1964-1972*. Étude sur les interactions politico-économiques dans un régime militaire contemporain. Genève, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales.

FIGUEIREDO, Argelina. 1993. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Trad. Carlos Roberto Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FIGUEIREDO, Marcus Faria e CHEIBUB, José Antônio Borges. 1982. A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando – inventário de um debate. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 14.

GÓES, Walder de. 1984. “A crise do regime e a sucessão”. In: \_\_\_\_ e CAMARGO, Aspásia. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GRAMSCI, Antônio. 1995. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HITCHENS, Christopher. 2002. *O julgamento de Kissinger*. Trad. Adelina França. São Paulo: Boitempo.

HOEVELER, Rejane Carolina. 2012. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Monografia de final de curso (Bacharelado em história). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOROWITZ, Irving Louis (Coord.). 1969. *Ascensão e Queda do Projeto Camelot. Estudos sobre as relações entre a ciência social e a prática política*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HUNTINGTON, Samuel. 1973. Transnational Organizations in World Politics, *World Politics*, vol. 25, n. 3, April, p. 333-368.

HUNTINGTON, Samuel. 1975. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Trad. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

IANNI, Octávio. 1974. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JURADO, Roberto García. 2003. La teoría democrática de Huntington, *Política y Cultura*, México, n. 19, p. 7-24.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. 2014. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964, *Marx e o marxismo*, Niterói (RJ), vol. 2, n. 2, jan.-jul. MARTINS FILHO, João Roberto. 1995. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFScar.

MORLINO, Leonardo. 1998. Estabilidade política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, p. 394-401.

A CONEXÃO HARVARD E A POLÍTICA DE DESCOMPRESSÃO: SOBRE AS  
ORIGENS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL PÓS-64

PEDREIRA, Fernando. 1975. Esses incorrigíveis otimistas, os brasileiros. In: \_\_\_\_\_. *Brasil Política, 1964-1975*. São Paulo: DIFEL, p. 271-290.

POULANTZAS, Nicos. 1975. *La crise des dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*. Paris: François Maspero.

RODRIGUE, Matthew M. 2006-2007. *Rethinking Academia: A Gramscian Analysis of Samuel Huntington*. Houston University, Honors Capstone Thesis, Academic Year 2006-2007.

SCHNEIDER, Ronald M. 1971. *The Political System of Brazil. The emergence of a "modernizing" authoritarian regime, 1964-1970*. New York: Columbia University Press.

SERBIN, Kenneth P. 2001. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras.

SINGER, Paulo. 1982. "Apresentação". In: MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos E. S. Matos, Regis de C. Andrade e Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Abril.

SKIDMORE, Thomas. 1989. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mário Salviano Silva. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STEPAN, Alfred. 1971. *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.

STEPAN, Alfred. 1986. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4. Ed. Trad. Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STEPAN, Alfred. 1988. *Rethinking Military Politics. Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press.

STOPPINO, Mário. Autoritarismo. 1998. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, p. 94-104.

Data de recebimento: 12/08/2014

Data de aceite: 25/11/2014